

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DINF- DIVISÃO DE INFORMÁTICA

Procedimento	08206.000734/2015-89
Interessado	CPL/SAD/CGTI/DLOG/PF
Assunto	Pregão 10/2016 CGTI – Recurso apresentado para item I do pregão 10-2016 CGTI/DPF
Origem	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.381.189/0001-10

RELATÓRIO TÉCNICO 021/2016 – DINF/CGTI/DLOG/PF

1. Em resposta ao recurso formulado pela empresa **DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.381.189/0001-10 (RECORRENTE)** contra a classificação da empresa **POSITIVO INFORMÁTICA LTDA – (RECORRIDA)**, no Item I do pregão 10/2016-CGTI/DLOG/PF.
2. A empresa RECORRENTE alega que a RECORRIDA descumpriu as exigências relacionadas aos itens (i) à certificação EnergyStar; (ii) certificação Linux; (iii) às dimensões dos monitores ofertados.
3. Para o Item (i) à certificação EnergyStar a RECORRENTE assim descreve sua contestação:

“2.1. Não-atendimento às exigências referentes à certificação Energy Star.

*A documentação técnica da POSITIVO apresenta sensível inconsistência quanto à certificação Energy Star dos monitores e **não comprova que os produtos por ela ofertados realmente possuem tal certificação.** Isso porque o certificado de Energy Star está em nome da LG e não da POSITIVO, ou seja, o produto ofertado é 100% LG. Por outro lado a POSITIVO tem autorização para comercializar os monitores da LG em seu nome em regime de OEM, no entanto, a POSITIVO apresenta certificado ora em seu nome, ora em nome da LG. Como aferir que os produtos fornecidos em regime de OEM realmente possuem tal certificação? Pela documentação apresentada pela POSITIVO, não é possível. Note-se que o certificado Rohs do monitor está em nome da POSITIVO, enquanto o certificado Energy Star está em nome da LG, deixando evidente a*

inconsistência da documentação técnica apresentada pela POSITIVO.”

3.1 O subitem 4.1.16.20 é uma especificação técnica relacionada ao ITEM 4.1.16 **MONITORES**. **Energy Star** é um padrão internacional para o consumo eficiente de energia. Em função das Políticas Públicas Nacionais relacionadas a TI-Verde e ao consumo eficiente de energia é exigido a Certificação ENERGY STAR 6 ou superior para os monitores. Quem consome energia elétrica são os monitores, estes, neste diapasão, devem possuir a certificação Energy Star 6 ou superior. A RECORRENTE, em sua alegação, ignora o principal foco de se exigir tal certificação e promove um imbróglio descabido ao ponto de dizer que os monitores ofertados pela RECORRIDA não possuem certificação ENERGY STAR. **É permitido o fornecimento de monitores em regime O&M conforme item 4.1.16.3.** “Os monitores ofertados devem ser do mesmo fabricante do computador desktop SFF ofertado ou sobre o regime O&M.” In casu, a recorrida oferece, em sua proposta, monitores em regime O&M com o fabricante mundial de monitores LG. Alegar que a RECORRIDA não comprova a certificação Energy STAR 6 ou superior dos monitores ofertados é uma falácia que não merece render frutos.

4. Para o Item (ii) certificação Linux a RECORRENTE assim descreve sua contestação:

“2.2. Não-atendimento às exigências referentes à certificação Linux.

Quanto à certificação Linux, constata-se que a placa de rede Intel “i216LM” constante da proposta da POSITIVO não está homologada na certificação Linux (PG 119), porém consta homologada na certificação Realtek Rt8111/8168/8411. A “declaração” Linux apresentada pela POSITIVO, por sua vez, não tem assinatura e na página da Mandriva (<https://www.openmandriva.org/>) não é possível localizar nenhuma informação ou driver para equipamento da POSITIVO,

ou seja, não há o menor indício de que o item 4.1.19.4 do Edital esteja sendo cumprido pela POSITIVO.”

4.1 Transcrevo aqui os Subitens do item 4.1.19 do TERMO DE REFERÊNCIA:

“4.1.19.1. O equipamento deverá ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro. Para tanto a licitante deverá entregar, junto a proposta, certificação da Microsoft atestando e comprovando esta compatibilidade.

4.1.19.2 O equipamento proposto deverá ser compatível com, pelo menos, 1 (uma) distribuição de Linux. Para tanto a licitante deverá entregar, junto a proposta, certificação da desenvolvedora da distribuição Linux compatível atestando e comprovando esta compatibilidade.

4.1.19.3. A licitante que não apresentar, junto a proposta, as certificações aqui solicitadas, apresentar certificações falsas ou certificações que na prática não resultem em compatibilidade do hardware fornecido (falta e falha de drivers compatíveis), será desclassificada do certame.

4.1.19.4. Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 Pro e Linux, na distribuição especificada”

4.2 A RECORRIDA apresentou em sua proposta uma certificação atestando compatibilidade do equipamento ofertado com a Distribuição Linux Mandriva. No link http://hcl.openmandriva.org/espec_conf.php?conf=181455 pode se verificar a certificação. Em diligência, o equipamento ofertado pela RECORRIDA se mostrou compatível com a Distribuição Linux Mandriva, não apresentando, na prática, incompatibilidade técnica. A não apresentação de assinatura na certificação, alegada pela RECORRENTE, não invalida o certificado e tão pouco tira o efeito prático e técnico foco da certificação exigida.

4.3 A RECORRIDA oferta, em sua proposta, a placa de rede Intel vPRO i219LM 10/100/1000Mbps. Esta placa de rede é “on-board” e faz parte dos vários chips

que são “soldados” na placa-mãe. A placa de rede ofertada é um componente “on-board” e compõe a placa-mãe do produto ofertado. A placa-mãe ofertada é certificada pela distribuição Linux proposta requerida. No link http://hcl.openmandriva.org/espec_conf.php?conf=181455 pode se verificar a certificação. Não merece prosperar a alegação da RECORRENTE uma vez que a placa-mãe composta por seus vários componentes “on-board’s” é certificada pela distribuição Linux proposta pela RECORRIDA e a RECORRENTE apontou um modelo de placa não proposto pela RECORRIDA – **Intel i216LM** – invalidando, com maior ênfase, o questionamento apresentado.

- 5 Para o Item (iii) às dimensões dos monitores ofertados a RECORRENTE assim descreve sua contestação:

“2.3. Não-atendimento às exigências referentes às dimensões dos monitores: Conforme se observa na página 26 do documento que contém as especificações técnicas do monitor ofertado pela POSITIVO, as dimensões exigidas no item 4.1.16.6 do Edital são inobservadas. Vejamos.

O Edital requer altura mínima ou igual a 10 cm; no manual da POSITIVO (LG) consta 11 cm. Quanto à profundidade, o Edital requer o máximo de 10 cm, enquanto o manual da POSITIVO (LG) informa 16,6 cm. Em relação à altura, o Edital define o máximo de 50cm, excluindo o suporte, enquanto o monitor da POSITIVO (LG) tem 54,8cm.”

5.1 Em diligência realizada junto a RECORRIDA, constatamos, na amostra apresentada, que as dimensões do monitor ofertado pela RECORRIDA atende, tecnicamente e integralmente o ITEM 4.1.16.6 do Termo de Referência. As figuras 01 e 02 demonstram as medidas realizadas em diligência.



FIGURA 01 – PROFUNDIDADE MENOR QUE 10cm



FIGURA 02 – ALTURA MÍNIMA MENOR OU IGUAL A 10cm

5.2 Não deve prosperar a alegação da RECORRENTE por não agregar de fundamento técnico suficiente para se sustentar. Informo, ainda, que a medida altura de 54,8cm alegada pela RECORRENTE corresponde a largura do monitor ofertado e que foram descritas inúmeras figuras no Termo de Referência para não suscitar dúvidas quanto a dimensões dos monitores.

- 6 Para o Item Da necessária diligência quanto à (im)possibilidade de fornecer as licenças MVL a RECORRENTE assim descreve sua contestação:

“2.4. Da necessária diligência quanto à (im)possibilidade de fornecer as licenças MVL:

O item 4.1.18 do Edital requer Microsoft Office Professional 2016 MVL (Licenciamento por Volume). Este tipo de licenciamento MVL é fornecido por parceiros LAR da Microsoft. Os parceiros LAR atualmente credenciados são os listados no site abaixo.”

<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>

Como a proposta da POSITIVO não menciona o part# que será entregue, é imperioso verificar, em sede de diligência, se a mesma poderá entregar este tipo de licenciamento solicitado com o part# 79P-05582, Select Plus correspondente ao licenciamento MVL, visto que a POSITIVO não faz parte do rol de parceiros credenciados pela Microsoft para comercializarem este tipo de produto.”

6.1 Não cabe à Administração Pública intervir nas relações comerciais das licitantes com seus fornecedores e/ou parceiros. A RECORRIDA em sua proposta formalizou a entrega do produto *Microsoft Office Professional 2016 MVL (Licenciamento por Volume)*. Não deve prosperar a alegação da RECORRENTE por exigir algo alheio ao edital.

- 7 A alegação recursal da RECORRENTE está fundada em elementos técnicos que podem ser facilmente verificados via consultas técnicas e diligências.
- 8 Tanto a documentação apresenta pela RECORRIDA como os testes e constatações elencadas nas diligências colaboram para o indeferimento do pleito da RECORRENTE.
- 9 Ante ao aqui exposto e com a certeza técnica que os itens alegados pela **RECORRENTE** não invalidam a proposta da RECORRIDA, **opinamos**, pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa **DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.381.189/0001-10**

Brasília/DF, 23 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

Ivan Cleber Tavares de Oliveira

Agente de Telecomunicações e Eletricidade
DINF/CGTI/DLOG/PF
Matrícula 13.305

***Ciente.
De Acordo.***

DELLUIZ SIMÕES DE BRITO

Perito Criminal Federal - Classe Especial
Matrícula nº 8.359
Chefe da DINF/CGTI/DPF